



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS APLICADAS  
DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA AGRONÔMICA

LEONE CAVALCANTE DE SANTANA

**REPASSES DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR E  
PRODUÇÃO AGRÍCOLA NO TERRITÓRIO DO SISAL: UMA ANÁLISE DO  
MUNICÍPIO DE TUCANO-BA**

SÃO CRISTÓVÃO/SE  
2026

LEONE CAVALCANTE DE SANTANA

**REPASSES DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR E  
PRODUÇÃO AGRÍCOLA NO TERRITÓRIO DO SISAL: UMA ANÁLISE DO  
MUNICÍPIO DE TUCANO-BA**

Monografia apresentada ao Departamento de Engenharia Agrônômica - Universidade Federal de Sergipe como requisito parcial para obtenção do título de Engenheiro Agrônomo.

Orientador: Dr. Flávio Marques Castanho Barrero

SÃO CRISTÓVÃO/SE  
2026



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE – UFS**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS APLICADAS – CCAA**  
**DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA AGRONÔMICA – DEA**

**REPASSES DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR E  
PRODUÇÃO AGRÍCOLA NO TERRITÓRIO DO SISAL: UMA ANÁLISE DO  
MUNICÍPIO DE TUCANO-BA**

Monografia apresentada ao Departamento de Engenharia Agrônoma - Universidade Federal de Sergipe como requisito parcial para obtenção do título de Engenheiro Agrônomo.

**APROVADO em:** 20/02/2026

**ORIENTADO:** LEONE CAVALCANTE DE SANTANA

---

**Prof. Dr. Flávio Marques Castanho Barrero**  
**Orientador**

---

**Prof. Dr. Maria Aparecida Moreira**  
**(Banca examinadora)**

---

**Prof. Msc. Carla Tamilys Vasconcelos Araujo**  
**(Banca examinadora)**

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por me dar força e tranquilidade ao longo desta caminhada. Sua presença me acompanhou nos momentos mais difíceis e me ajudou a seguir em frente.

À minha família, minha base e meu maior apoio, deixo minha profunda gratidão. Em especial à minha mãe, professora graduada, que desde cedo me ensinou o valor transformador da educação. Foi ela quem plantou em mim a convicção de que o conhecimento é capaz de abrir portas, transformar realidades e construir caminhos de autonomia. Seu exemplo de dedicação, ética e amor ao ensino moldou não apenas minha formação acadêmica, mas também meu caráter.

Ao meu pai, que também foi essencial em minha trajetória. Pecuarista dedicado, sempre conduziu seu trabalho com responsabilidade, perseverança e paixão pela área. Seu compromisso com o que faz e sua trajetória construída com esforço se tornaram referências fundamentais para mim e fortaleceram minha decisão de seguir este curso. Seu exemplo, sempre discreto e inspirador, guiou muitos dos meus passos e reafirmou a importância de trabalhar com propósito.

Agradeço, igualmente, aos professores do departamento, cujo compromisso com o ensino e a pesquisa foi decisivo para minha formação. Cada aula, orientação, conversa e incentivo ampliou meus horizontes e despertou em mim o desejo constante de aprender mais. Registro aqui minha admiração profunda pela competência, dedicação e generosidade com que compartilham seus conhecimentos.

Em especial, deixo meu reconhecimento ao meu orientador, cuja orientação ultrapassou os limites formais de um projeto. Seu apoio constante, sua disponibilidade para dialogar, revisar e orientar, e sua capacidade de conduzir com equilíbrio, rigor técnico e incentivo fizeram toda a diferença na construção deste trabalho e no meu desenvolvimento acadêmico.

Agradeço, também, à professora Maria Aparecida e à professora Gláucia Barreto, cujas contribuições, ensinamentos e incentivo ao longo da graduação foram significativos para a minha formação e para a realização deste trabalho.

A todos que, de alguma forma, contribuíram para que este momento fosse possível, deixo meu sincero muito obrigado.

## SUMÁRIO

<b>LISTA DE FIGURAS.....</b>	<b>6</b>
<b>LISTA DE TABELAS .....</b>	<b>7</b>
<b>RESUMO .....</b>	<b>8</b>
<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>9</b>
<b>2. REFERENCIAL TEÓRICO.....</b>	<b>11</b>
<b>2.1 Agricultura Familiar Brasileira .....</b>	<b>11</b>
<b>2.2 Políticas públicas brasileiras para fomento da agricultura familiar .....</b>	<b>12</b>
<b>2.3 O Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE .....</b>	<b>14</b>
<b>3. METODOLOGIA .....</b>	<b>17</b>
<b>4. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....</b>	<b>19</b>
<b>4.1 Configuração territorial da Bahia e a inserção do Território de Identidade do     Sisal.....</b>	<b>19</b>
<b>4.2 Geografia do Sisal: bioma Caatinga, escassez hídrica e singularidades locais ....</b>	<b>20</b>
<b>4.3 Identidade Territorial do Sisal: mobilização e sustentabilidade .....</b>	<b>21</b>
<b>4.4 Série dos dez maiores repasses do PNAE no Território do Sisal (2021–2025) .....</b>	<b>22</b>
<b>4.5 Repasses do PNAE e oferta agrícola de Tucano .....</b>	<b>25</b>
<b>5. CONCLUSÃO .....</b>	<b>28</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>30</b>

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1:</b> Mapa dos Municípios que compõem o Território do Sisal .....	19
<b>Figura 2:</b> Evolução dos Repasses aos 10 Municípios analisados de 2021-2025.....	24

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1:</b> Série com os 10 Municípios que mais receberam repasses por ano .....	23
<b>Tabela 2:</b> Repasses FNDE/PNAE e valores mínimos para agricultura familiar .....	25
<b>Tabela 3:</b> Quantidade Produzida em Toneladas .....	26
<b>Tabela 4:</b> Valor da Produção em mil reais .....	27
<b>Tabela 5:</b> Valores recebidos do PNAE por Município do Território do Sisal 2021-2025 .....	36

## RESUMO

A agricultura familiar possui papel central no semiárido nordestino, especialmente em territórios onde as limitações climáticas intensificam a importância de mecanismos de apoio, como os mercados institucionais. Entre esses mecanismos, destaca-se o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que estabelece a destinação mínima de 30% dos recursos financeiros repassados aos municípios para a aquisição de produtos da agricultura familiar. Nesse contexto, o presente trabalho teve como objetivo geral analisar a distribuição dos repasses do PNAE entre os municípios do Território de Identidade do Sisal e sua relação com a produção agrícola do município de Tucano, no Estado da Bahia. Para isso, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos: (i) caracterizar o Território do Sisal em suas dimensões geográficas, sociais e econômicas; (ii) comparar os valores de repasse dos dez municípios do território que mais receberam recursos do FNDE entre 2021 e 2025; e (iii) avaliar se o volume da produção agrícola total do município de Tucano supera o montante mínimo dos 30% dos repasses do PNAE destinados à aquisição de gêneros alimentícios. Do ponto de vista metodológico, trata-se de uma pesquisa documental, descritiva e quantitativa, baseada em dados secundários do FNDE, da Produção Agrícola Municipal (PAM/IBGE) e de informações territoriais oficiais. As análises foram realizadas por meio de séries históricas e comparação entre municípios. Os resultados mostraram que os repasses do PNAE aumentaram no período analisado, com o município de Serrinha sendo o principal beneficiário e Tucano ocupando posição intermediária entre os dez municípios com maiores valores de repasse. Verificou-se ainda que a produção agrícola total de Tucano supera amplamente o valor mínimo obrigatório dos 30%, especialmente devido aos altos volumes produtivos de milho, feijão e melancia. Assim, conclui-se que o município apresenta condições produtivas suficientes para atender à demanda institucional.

**Palavras-chave:** Análise documental. Mercado institucional. Políticas públicas.

## 1. INTRODUÇÃO

A agricultura no Nordeste brasileiro desempenha papel relevante para a economia regional, mesmo diante de limitações impostas pelo semiárido, como a irregularidade das chuvas e os longos períodos de estiagem característicos do bioma Caatinga. Nesse cenário, a produção agrícola combina práticas tradicionais, uso intensivo de mão de obra familiar e cultivo de espécies adaptadas às condições locais, contribuindo para a geração de renda e para o abastecimento dos mercados próximos. Além disso, apesar dos desafios estruturais, o setor mantém sua importância ao articular estratégias de convivência com o clima e ao se beneficiar de políticas públicas voltadas ao fortalecimento da produção rural e ao apoio aos pequenos produtores.

A partir desse contexto regional, torna-se possível compreender com maior precisão a dinâmica agrícola do Território de Identidade do Sisal, onde as condições do semiárido se intensificam e tornam a produção mais dependente de mecanismos de apoio e de estabilidade comercial. Nesse sentido, a agricultura de base local assume papel central no desenvolvimento territorial, especialmente devido às limitações ambientais e à importância socioeconômica de sua produção para o abastecimento regional. Entre os mecanismos de suporte mais relevantes, destaca-se o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que destina parte de seus recursos à aquisição de gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar, garantindo um canal de comercialização contínuo, regulado e de demanda estável.

O Território do Sisal, formalmente reconhecido pela política de planejamento do Estado da Bahia por meio do Decreto Estadual nº 12.354, de 25 de agosto de 2010 (Bahia, 2010), reúne municípios com características socioeconômicas e ambientais que influenciam diretamente a produção agropecuária e a articulação dos agentes locais com políticas públicas. Apesar da existência de dados administrativos sobre os repasses financeiros do PNAE e estatísticas da Produção Agrícola Municipal (PAM/IBGE), observa-se uma lacuna analítica: faltam estudos que integrem, no recorte territorial do Sisal, a distribuição dos repasses do programa entre os municípios e sua relação com a oferta agrícola representada pelo caso de Tucano-BA.

Em outras palavras, há carência de uma leitura articulada que confronte a dinâmica dos repasses do PNAE com a produção efetivamente registrada em escala municipal, permitindo verificar o grau de aderência entre demanda institucional e oferta local. Diante disso, este estudo se orienta pela seguinte pergunta de pesquisa: Como os repasses do PNAE se distribuem entre os municípios do Território de Identidade do Sisal e como essa distribuição se relaciona com a produção agrícola do município de Tucano-BA?

A análise integrada entre os repasses do PNAE e a oferta agrícola no Território do Sisal justifica-se pela relevância socioeconômica da agricultura de base local e pelos desafios inerentes à produção no semiárido, onde mercados institucionais exercem função estratégica para a estabilidade financeira das comunidades rurais. Compreender como os recursos do programa circulam entre os municípios permite avaliar em que medida tais repasses contribuem para fortalecer sistemas produtivos regionais vulneráveis às variações climáticas e estruturais. Ademais, embora existam bases de dados públicas abrangentes, persistem lacunas no que diz respeito a estudos que articulem simultaneamente informações sobre repasses do PNAE e indicadores da produção agrícola municipal, especialmente no contexto do Território de Identidade do Sisal.

Dessa forma, torna-se necessário investigar se a demanda institucional corresponde à oferta agrícola local, possibilitando diagnósticos mais precisos sobre a efetividade do PNAE como instrumento de desenvolvimento territorial. Assim, a integração dos dados relativos aos repasses do programa e à produção agrícola de Tucano-BA busca preencher essa lacuna ao considerar tanto as especificidades do território quanto a relevância de políticas públicas que apoiam a agricultura familiar.

Para responder ao questionamento proposto, definiu-se como objetivo geral analisar a distribuição dos repasses do PNAE entre os municípios do Território de Identidade do Sisal e sua relação com a produção agrícola do município de Tucano-BA. Desdobram-se como objetivos específicos: (i) caracterizar o Território de Identidade do Sisal em suas dimensões geográficas, sociais e econômicas; (ii) comparar os valores de repasse dos dez municípios do território que recebem mais recursos oriundos do FNDE no período de 2021–2025; e (iii) avaliar se o volume da produção agrícola total do município de Tucano supera o montante mínimo dos 30% dos repasses destinados à aquisição de gêneros alimentícios.

Do ponto de vista metodológico, o presente trabalho se caracteriza como descritivo com abordagem quantitativa. É estruturado a partir de uma pesquisa documental baseada em dados secundários obtidos a partir das séries de repasses do PNAE/FNDE para os municípios do território Sisal e estatísticas da Produção Agrícola Municipal (PAM/IBGE) para o município baiano de Tucano.

## **2. REFERENCIAL TEÓRICO**

Esta seção abordará a agricultura familiar no Brasil, destacando sua importância para a produção de alimentos e o desenvolvimento rural sustentável, posteriormente, serão abordadas as políticas públicas voltadas para o fortalecimento desse setor, analisando iniciativas como o crédito agrícola e a assistência técnica, dando ênfase, por fim, ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que fomenta a comercialização dos produtos da agricultura familiar, promovendo a inclusão produtiva e a segurança alimentar.

### **2.1 Agricultura Familiar Brasileira**

Responsável por grande parte da produção de alimentos no Brasil, a agricultura familiar desempenha um papel indispensável, não apenas na economia rural, mas também na sustentabilidade e no abastecimento da população. Para Picolotto (2014), diferentemente das grandes propriedades voltadas à monocultura e ao agronegócio, a agricultura familiar caracteriza-se por unidades produtivas menores, geralmente geridas por núcleos familiares que se dedicam à diversificação de culturas e à produção de alimentos para o consumo próprio e o mercado local. Tal afirmação, baseia-se no fato de que esse modelo produtivo não apenas fortalece as economias regionais, mas também contribui para a preservação dos saberes tradicionais e para o desenvolvimento de práticas agrícolas sustentáveis.

Dessa forma, a relevância dos agricultores familiares no contexto das economias regionais está diretamente ligada à sua definição legal. Neste contexto, a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006 (Brasil, 2006), estabelece critérios claros para caracterização da agricultura familiar, reconhecendo-a como um modelo produtivo essencial para a sustentabilidade rural e o fortalecimento das comunidades locais. Segundo o texto legal, agricultores familiares são aqueles que desenvolvem atividades agropecuárias em áreas limitadas, com gestão baseada predominantemente na força de trabalho da própria família do estabelecimento e garantindo que a maior parte da renda venha da produção agrícola. Além disso, a lei reconhece a importância da valorização dos conhecimentos tradicionais e da preservação cultural como elementos fundamentais na manutenção desse setor.

Diante desse entendimento legal sobre a caracterização da agricultura familiar, é necessário considerar também os critérios relacionados ao tamanho da propriedade rural, já que a limitação da área constitui um dos elementos essenciais para esse enquadramento. Nesse sentido, a compreensão dos conceitos de módulo fiscal e módulo rural torna-se fundamental. O módulo fiscal, estabelecido pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

(INCRA), varia entre os municípios conforme fatores como produtividade da terra, infraestrutura disponível e formas de ocupação rural. Já o módulo rural, definido pelo Estatuto da Terra (Brasil, 1964), corresponde a uma unidade de medida agrária expressa em hectares, calculada de acordo com o tipo de exploração predominante na região. Assim, embora relacionados, esses dois parâmetros cumprem funções distintas na estrutura fundiária brasileira, influenciando tanto a classificação dos estabelecimentos quanto o enquadramento dos agricultores familiares

Nesse contexto, a valorização da agricultura familiar transcende aspectos econômicos e ambientais, alcançando uma dimensão social fundamental para o desenvolvimento rural e para a redução das desigualdades no campo. Picolotto (2014) considera que o fortalecimento desse modelo produtivo pode contribuir significativamente para a inclusão de pequenos agricultores, assegurando sua permanência na atividade agrícola e fomentando práticas sustentáveis que beneficiam tanto a comunidade local quanto o mercado consumidor. No próximo tópico serão apresentadas algumas das políticas públicas brasileiras voltadas ao fomento da agricultura familiar. A análise dessas iniciativas governamentais permitirá compreender como os incentivos e programas de apoio têm sido estruturados para garantir melhores condições de produção, comercialização e desenvolvimento sustentável para os agricultores familiares no Brasil.

## **2.2 Políticas públicas brasileiras para fomento da agricultura familiar**

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) foi instituído pelo Decreto nº 1.946 de 28 de junho de 1996 (Brasil, 1996), e atualmente regido pela Lei nº 15.223 de 30 de setembro de 2025 (Brasil, 2025). Tem o principal objetivo de promover o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar por meio do acesso facilitado ao crédito rural. De acordo com os seus instrumentos normativos, o programa oferece condições especiais de financiamento, como juros reduzidos e prazos de pagamento acessíveis, permitindo que agricultores familiares invistam na modernização da infraestrutura produtiva, aquisição de equipamentos e adoção de práticas sustentáveis.

Para Machado et al (2024), nos pequenos municípios, o PRONAF desempenha um papel crucial na dinamização da economia local, pois possibilita que agricultores familiares tenham acesso a recursos financeiros para expandir suas atividades e melhorar sua produtividade. Além disso, ao fomentar a produção agrícola em menor escala, o programa contribui para a geração de empregos, a fixação das famílias no campo e o fortalecimento dos mercados regionais. Dessa forma, o PRONAF não apenas impulsiona a agricultura familiar, mas também promove o desenvolvimento socioeconômico das comunidades rurais.

Outro instrumento de fomento é a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), que foi instituída pela Lei nº 12.188 de 11 de janeiro de 2010 (Brasil, 2010a) e regulamentada pelo Decreto nº 7.215 de 15 de junho de 2010 (Brasil, 2010b). Essa política tem como objetivo central fornecer suporte técnico e capacitação aos agricultores familiares, promovendo a melhoria da produtividade e incentivando práticas agrícolas sustentáveis.

Dessa maneira, a PNATER busca democratizar o acesso à assistência técnica, garantindo que agricultores familiares tenham condições de aprimorar suas técnicas de cultivo, gestão e comercialização, fortalecendo a agricultura familiar como um setor estratégico para o desenvolvimento rural. Assim, de acordo com Milagres et al (2018), pode-se afirmar que, a PNATER fortalece a agroecologia como um modelo produtivo sustentável, promovendo a inclusão produtiva de agricultores familiares, especialmente em municípios menores, consolidando assim a agricultura familiar como um elemento essencial para o desenvolvimento socioeconômico.

Outra iniciativa relevante no âmbito das políticas públicas brasileiras é o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), regulamentado pelo Decreto nº 11.802 de 28 de novembro de 2023 (Brasil, 2023), que define as modalidades de aquisição dos produtos, priorizando a produção da agricultura familiar e incentivando práticas sustentáveis. Dessa maneira, de acordo com o texto normativo, o PAA opera por meio de diferentes mecanismos, como compra direta e doação simultânea, garantindo que os alimentos adquiridos sejam destinados a entidades que assistem populações em situação de vulnerabilidade.

Para Sambuichi et al (2023) essa iniciativa desempenha um papel fundamental na valorização da agricultura familiar ao garantir a comercialização de seus produtos e proporcionar renda aos pequenos produtores. De maneira análoga, para os autores citados, o PAA fortalece a agricultura familiar ao garantir a comercialização dos produtos ao mesmo tempo em que proporciona renda, pois além do impacto econômico, ele promove inclusão social ao integrar políticas de combate à fome e estimular circuitos curtos de comercialização.

Contudo, dentre as diversas políticas públicas voltadas à agricultura familiar, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) se destaca como uma das mais importantes iniciativas de incentivo à produção familiar e ao desenvolvimento regional em âmbito nacional. Criado a partir da Lei nº 11.947 de 16 de junho de 2009 (Brasil, 2009), o referido programa estabelece que, no mínimo, 30% dos recursos repassados pelo governo para a alimentação escolar devem ser destinados à compra de produtos oriundos da agricultura familiar.

Segundo Lima et al (2023), o PNAE não apenas assegura a comercialização dos produtos dos pequenos produtores, como também promove uma alimentação mais saudável e

diversificada para os estudantes da rede pública de ensino. Além disso, na visão dos referidos autores, pode-se afirmar que o PNAE também incentiva a produção local, reduzindo custos logísticos e fortalecendo os circuitos curtos de comercialização. Assim, a implementação do programa contribui para a valorização dos alimentos tradicionais e para a geração de emprego e renda no campo. Diante do enfoque dado ao programa no âmbito do presente trabalho no tópico a seguir será dado maior ênfase ao PNAE.

### **2.3 O Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE**

Além de garantir a alimentação de milhões de estudantes, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) se consolida como um instrumento de fortalecimento da agricultura familiar e da segurança alimentar, promovendo transformações socioeconômicas que merecem uma análise mais detalhada. Neste contexto, pode-se concordar com Silva et al (2023), destacam que sua implementação no Brasil, especialmente na região Nordeste e no estado da Bahia, revela dimensões que extrapolam o fornecimento de refeições, evidenciando impactos na economia rural e na preservação dos hábitos alimentares locais.

De acordo com Nunes et al (2023), a exigência de que ao menos 30% dos recursos federais sejam utilizados na compra de produtos da agricultura familiar tem incentivado a expansão da produção agrícola em pequenos estabelecimentos rurais, favorecendo práticas agrícolas mais sustentáveis e socialmente inclusivas. Em virtude disso, Nero et al (2023), afirmam que o PNAE contribui diretamente para a valorização de circuitos curtos de comercialização, reduzindo a dependência de grandes redes de distribuição e ampliando a autonomia dos produtores familiares.

No contexto regional, a importância do PNAE é amplificada na região Nordeste, onde os desafios socioeconômicos e as dificuldades de acesso a alimentos de qualidade tornam sua implementação essencial. Dessa maneira, segundo Nunes et al (2018), pode-se afirmar que na região Nordeste, esse aspecto é ainda mais relevante, pois a adaptação dos cultivos às condições edafoclimáticas locais se torna um fator determinante para o sucesso do programa.

Assim, verifica-se que o PNAE tem desempenhado um papel fundamental na inclusão da agricultura familiar nordestina, promovendo a diversificação da produção agrícola e incentivando práticas mais sustentáveis. Esse fortalecimento gera benefícios não apenas para os produtores, mas também para os consumidores, que passam a ter acesso a alimentos frescos e nutritivos. Além disso, em pesquisa recente Gomes et al (2025) indicam que a estrutura de comercialização estabelecida pelo programa contribui para a melhoria da renda de pequenos agricultores, reduzindo a vulnerabilidade econômica e social em diversas comunidades rurais.

Neste contexto, no estado da Bahia, o impacto do programa é ainda mais evidente, dada a relevância da agricultura familiar na economia do estado. De acordo com dados do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, o estado tem sido um dos principais beneficiados pelo PNAE, destinando uma parcela significativa dos recursos para a compra de produtos locais, como feijão, mandioca e polpas de frutas (Pereira; Sodré, 2018). Essas iniciativas garantem não apenas um cardápio mais nutritivo para os estudantes, mas também incentivam a produção agrícola diversificada e sustentável. Além disso, estudos como o de Vitorino-Santos et al (2024) mostram que o PNAE tem contribuído para a valorização da cultura alimentar baiana, incorporando alimentos regionais ao cardápio das escolas e promovendo a educação alimentar entre os alunos.

Outro aspecto relevante do programa na perspectiva de Elias et al (2019) é sua influência na cadeia produtiva da agricultura familiar. Neste sentido, na visão dos autores, a demanda gerada pelo PNAE tem impulsionado a criação de cooperativas e associações de produtores na Bahia e em outras regiões do Nordeste, facilitando o acesso dos agricultores ao mercado e garantindo maior estabilidade financeira. Além disso, a priorização da compra de produtos oriundos da agricultura familiar tem incentivado práticas agrícolas mais sustentáveis, fortalecendo assim os circuitos curtos de comercialização, conforme pregam Andrade et al (2025).

Diante da relevância do PNAE evidenciada no cenário nacional, regional e estadual, fica evidente que o programa transcende sua função primária de fornecer alimentação escolar. Logo, concorda-se com Elias et al (2019) ao afirmar que sua implementação impacta diretamente a economia, a agricultura familiar e o desenvolvimento social das comunidades atendidas, tornando-se uma peça fundamental na construção de uma sociedade mais justa e equitativa. De maneira análoga, Nero et al (2023) afirmam que a continuidade e aprimoramento do programa, por meio de políticas públicas eficazes e do fortalecimento dos mecanismos de monitoramento e avaliação, são essenciais para garantir sua sustentabilidade e ampliar seus benefícios.

Dessa forma, o PNAE não apenas assegura a oferta de alimentos saudáveis aos estudantes, mas também impulsiona a agricultura sustentável, gerando impacto positivo na estrutura produtiva e econômica do setor agrário brasileiro. Além disso, a discussão realizada ao longo deste tópico evidencia que o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) desempenha um papel central na promoção da segurança alimentar e na valorização da agricultura familiar no Brasil. Sua implementação reflete diretamente na economia rural e na preservação dos hábitos alimentares locais, como demonstrado nos impactos observados na região Nordeste e no estado da Bahia.

Por conseguinte, pode-se afirmar que a exigência de que uma parcela significativa dos recursos seja destinada à compra de produtos da agricultura familiar contribui para o fortalecimento da produção agrícola sustentável e para a redução da vulnerabilidade econômica dos pequenos agricultores. Dessa maneira, concorda-se com Paula et al (2023) ao afirmar que o PNAE tem promovido transformações estruturais no setor agrícola, incentivando práticas mais sustentáveis e diversificadas. Pois, na visão dos autores, a valorização da produção local não apenas contribui para a inclusão produtiva dos agricultores familiares, mas também estimula a adoção de métodos de cultivo adaptados às condições edafoclimáticas de cada região.

No Nordeste, especialmente na Bahia, essa integração entre a alimentação escolar e a produção agrícola regional reforça o potencial de desenvolvimento rural sustentável, garantindo maior estabilidade financeira aos produtores e promovendo a segurança alimentar da população estudantil. Dessa forma, segundo Schabarum et al (2025), a relação entre o PNAE e a agricultura familiar demonstra que políticas públicas bem estruturadas podem impulsionar mudanças significativas no campo, consolidando modelos produtivos mais resilientes e adaptados às necessidades locais.

Diante do exposto, observa-se que o PNAE desempenha um papel central no desenvolvimento socioeconômico, ao fortalecer a agricultura familiar e a segurança alimentar. Contudo, é interessante salientar que sua continuidade e aprimoramento exigem políticas públicas eficazes, garantindo assim a ampliação de seus benefícios e a gestão eficiente dos recursos. Além disso, o fortalecimento dos mecanismos de monitoramento e avaliação é essencial para consolidar seus impactos positivos e assegurar sua sustentabilidade a longo prazo. Dessa forma, o PNAE mantém sua relevância como instrumento de inclusão produtiva e fortalecimento da economia agrícola.

### 3. METODOLOGIA

O presente trabalho caracteriza-se por uma pesquisa documental e descritiva, fundamentado em dados secundários obtidos em bases oficiais e institucionais. Essa classificação é adequada porque o estudo não realiza coleta primária, mas organiza e interpreta registros estatísticos e financeiros relacionados à agricultura e ao PNAE. Neste contexto, segundo defendem Lakatos e Marconi (2020) e Gil (2019), pesquisas desse tipo permitem sistematizar informações já existentes e transformá-las em análises consistentes, assegurando rigor científico. Por conseguinte, a abordagem adotada é quantitativa, uma vez que se baseia em dados numéricos e estatísticos, tratados por meio de técnicas de estatística descritiva, como séries históricas, variação percentual e comparação entre municípios.

Inicialmente, para delimitar o recorte geográfico do Território de Identidade Sisal, foram utilizados os critérios de territorialidade estabelecidos pela Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia (SEPLAN/BA). Essa delimitação assegura consistência na definição do espaço analisado e permite compreender a inserção do município de Tucano dentro de um contexto regional mais amplo.

Em seguida, procedeu-se a caracterização da identidade territorial do Sisal a partir de suas dimensões geográficas, sociais e econômicas. Para tanto, foram consultados dados secundários provenientes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), da SEPLAN/BA e de literatura científica recente (através de pesquisa bibliográfica), considerando aspectos como o bioma predominante, a Caatinga, a escassez hídrica e os indicadores socioeconômicos. Essa caracterização possibilita compreender as singularidades locais e reforça a importância da agricultura como elemento estruturante da economia regional.

Na sequência, procedeu-se à identificação e comparação dos dez municípios do Território de Identidade Sisal que mais receberam repasses do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) entre 2021 e 2025. Os dados foram coletados diretamente no portal do FNDE, que disponibiliza relatórios oficiais de liberações financeiras. A opção por analisar apenas os dez municípios com maiores repasses justifica-se pela necessidade de concentrar a investigação nos casos de maior representatividade financeira, evitando dispersão analítica e permitindo comparações mais consistentes. Além disso, ao focar nos municípios que concentram os maiores volumes de recursos, torna-se possível observar com maior clareza os efeitos da política pública sobre os territórios mais impactados.

Posteriormente, foi realizada a análise da produção agrícola do município de Tucano, utilizando os dados da Produção Agrícola Municipal (PAM/IBGE) referentes ao período de

2021 a 2025. Ressalta-se que esses dados representam a produção total do município, sem desagregação específica da agricultura familiar. Dessa forma, a análise foi conduzida de forma indireta, considerando o perfil fundiário e ocupacional identificado pelo Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2019) e os critérios estabelecidos pela Lei nº 11.326 de 24 de julho de 2006 (Brasil, 2006), que permitem inferir a predominância de pequenas propriedades e uso intensivo de mão de obra familiar.

Por fim, avaliou-se se a oferta agrícola de Tucano possibilita atender ao mercado institucional da alimentação escolar, considerando os 30% dos repasses obrigatórios do PNAE destinados à agricultura familiar. Para isso, foram comparados os valores mínimos obrigatórios com os dados da produção agrícola municipal em toneladas e valores monetários. É importante destacar que o recorte temporal adotado decorre da disponibilidade das informações, uma vez que até a elaboração do presente trabalho apenas os resultados até 2024 haviam sido publicados oficialmente pelo IBGE, sendo posteriormente incorporados os dados de 2025. Essa limitação metodológica foi considerada na análise, garantindo transparência e consistência.

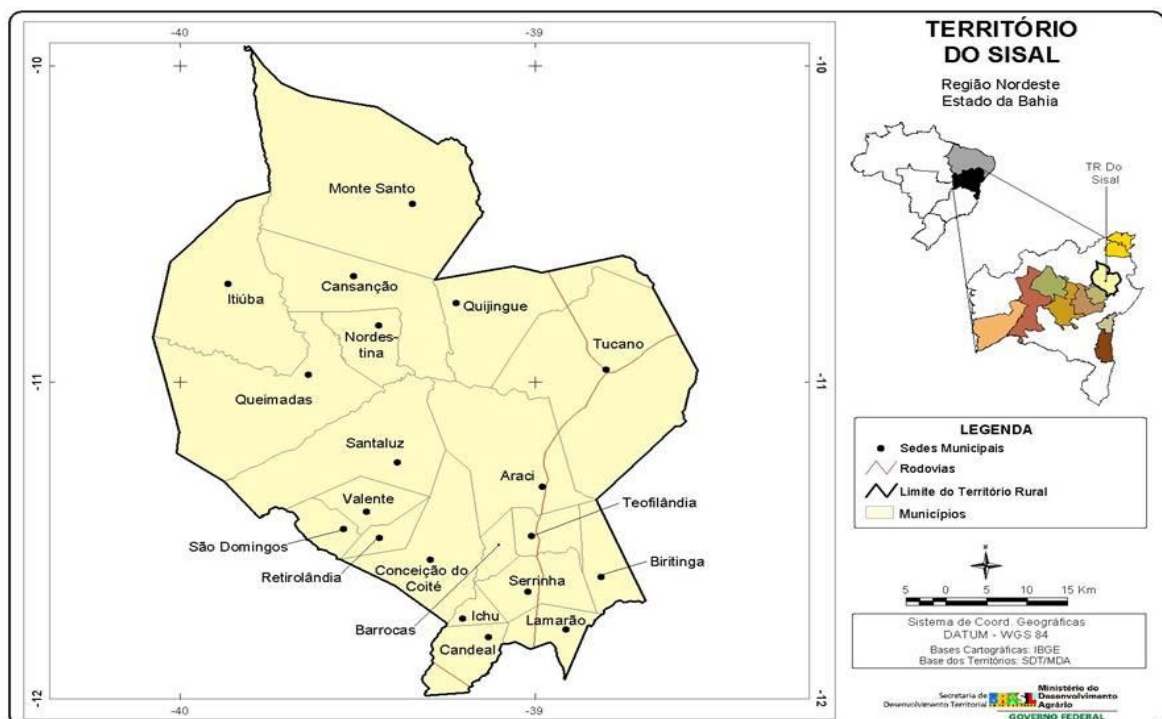
## 4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

### 4.1 Configuração territorial da Bahia e a inserção do Território de Identidade do Sisal

Atualmente, a Bahia possui 27 Territórios de Identidade, a saber: Bacia do Jacuípe, Bacia do Paramirim, Chapada Diamantina, Costa do Descobrimento, Extremo Sul, Irecê, Itaparica, Litoral Norte e Agreste Baiano, Litoral Sul, Médio Rio de Contas, Médio Sudoeste da Bahia, Piemonte da Diamantina, Piemonte do Paraguaçu, Piemonte Norte do Itapicuru, Portal do Sertão, Recôncavo, Semiárido Nordeste II, Sertão do São Francisco, Sertão Produtivo, Sisal, Velho Chico, Vitória da Conquista, Oeste Baiano, Chapada Velha, Bacia do Rio Corrente, Bacia do Rio Grande e Metropolitano de Salvador (Bahia, 2010).

Neste contexto, no tocante ao Território de Identidade do Sisal, observa-se, conforme representado no mapa da Figura 1, que ele é composto por 20 municípios, abrangendo uma área de 20.454,29 Km<sup>2</sup>. Por conseguinte, os municípios que o integram são: Araci, Barrocas, Biritinga, Candéal, Cansanção, Conceição do Coité, Ichu, Itiúba, Lamarão, Monte Santo, Nordestina, Queimadas, Quijingue, Retirolândia, Santaluz, São Domingos, Serrinha, Teofilândia, Tucano e Valente (MDA, 2010).

**Figura 1:** Mapa dos Municípios que compõem o Território do Sisal



**FONTE:** Ministério do Desenvolvimento Agrário (2010).

Após a delimitação espacial e a identificação dos municípios que compõem o Território de Identidade do Sisal, torna-se necessário avançar para a análise de suas características. Nesse contexto, a compreensão desse território não se restringe à sua configuração político-

administrativa, mas envolve também aspectos naturais e sociais que condicionam o modo de vida da população e influenciam diretamente as dinâmicas econômicas e culturais da região. Com isso, no próximo tópico, serão apresentadas algumas de suas principais particularidades, abrangendo elementos climáticos, de relevo, solo e hidrografia, bem como aspectos políticos e organizacionais que contribuem para a consolidação de sua identidade territorial.

#### **4.2 Geografia do Sisal: bioma Caatinga, escassez hídrica e singularidades locais**

Do ponto de vista geográfico, o Território de Identidade do Sisal insere-se no bioma Caatinga, conforme delimitado pelo Mapa de Biomas do Brasil do IBGE (IBGE, 2004) e reconhecido pelo Ministério do Meio Ambiente. Trata-se de um bioma típico da região semiárida, caracterizado por chuvas escassas e irregulares, altas temperaturas e longos períodos de estiagem. Essas condições climáticas influenciam diretamente a composição da vegetação, formada predominantemente por espécies xerófitas adaptadas à seca, como cactáceas e arbustos espinhosos. Essa cobertura vegetal, além de representar a adaptação natural ao ambiente, sustenta atividades tradicionais de pastoreio e extrativismo, que se consolidaram como práticas socioeconômicas características da região (Nóbrega et al, 2023).

A escassez hídrica constitui um dos traços mais marcantes do Território de Identidade do Sisal, inserido no semiárido baiano. Os rios da região, como o Itapicuru e o Vaza-Barris, são em sua maioria intermitentes, e a população depende de açudes, barragens e sistemas de captação de água subterrânea para o abastecimento humano e animal. Essa limitação hídrica não representa apenas um dado físico, mas um elemento estruturante das práticas sociais e econômicas locais, como observa Silva (2014), ao destacar que a seca no semiárido brasileiro deve ser compreendida como fenômeno social que condiciona formas de organização comunitária e estratégias de convivência.

Segundo destacam Nóbrega et al (2023), a irregularidade pluviométrica e a predominância de vegetação xerófita adaptada à seca configuram um ambiente de vulnerabilidade, que exige estratégias de convivência com o semiárido. Nesse contexto, verifica-se que a escassez de recursos hídricos moldou formas específicas de organização comunitária, baseadas na cooperação e na gestão compartilhada da água, reforçando a importância da solidariedade como mecanismo de sobrevivência e desenvolvimento.

Nesse cenário, o município de Tucano se destaca por abrigar as águas termais de Caldas do Jorro, que emergem como um recurso natural singular em meio ao semiárido. Conforme Silva (2014), essas fontes termais, com temperaturas elevadas e fluxo contínuo, configuram um atrativo turístico e cultural que reforça a identidade territorial da região.

Do ponto de vista geográfico, Tucano apresenta relevo ondulado e solos típicos da Caatinga, mas sua singularidade está na presença dessas águas minerais, que se tornaram elemento estruturante da dinâmica local, tanto pela valorização turística quanto pelo papel simbólico de “oásis” (grifo nosso) em meio à escassez hídrica (Santos, 2006).

A geografia do semiárido, com sua vegetação de Caatinga, relevo ondulado e recursos hídricos limitados exemplificados pelos rios Itapicuru e Vaza-Barris, além das águas termais de Caldas do Jorro em Tucano, não constitui apenas obstáculo, mas um elemento que estrutura a identidade coletiva e orienta práticas de resistência e inovação (Ab'Saber, 2003).

Assim, o Território de Identidade do Sisal pode ser caracterizado como uma região marcada por condições naturais adversas, mas também por uma capacidade singular de organização comunitária, de valorização de sua principal atividade econômica e de construção de alternativas sustentáveis (Fernandes, 2009). Dessa maneira, a escassez hídrica, longe de ser apenas um problema, tornou-se um fator que impulsionou a criação de redes de solidariedade e inovação social.

A identidade territorial, por sua vez, transcende o aspecto econômico e se manifesta na cultura, na política e na organização social, conferindo ao Sisal um papel estratégico no desenvolvimento regional da Bahia, como ressaltam Oliveira e Dias (2015), ao discutirem que, mesmo diante dos dilemas de gestão, o território consolidou-se como espaço de protagonismo social e de fortalecimento da cidadania.

Nesse sentido, Lopes et al. (2024) destacam que a agricultura familiar, articulada às políticas territoriais, desempenha papel central na dinamização econômica e na consolidação da cidadania. Essa articulação entre geografia, recursos naturais, agricultura familiar e práticas sociais permite compreender como se constrói a identidade territorial do Sisal, tema que será aprofundado no próximo tópico.

### **4.3 Identidade Territorial do Sisal: mobilização e sustentabilidade**

A identidade territorial do Sisal, portanto, não pode ser compreendida apenas a partir de seus limites geográficos, mas deve ser analisada como resultado de um processo histórico de mobilização social. Nesse sentido, verifica-se que o território se consolidou como referência nacional em experiências de economia solidária e cooperativismo, destacando-se a atuação da Associação de Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região Sisaleira (APAEB), fundada em Valente na década de 1980. Segundo Silva e Santos (2019), a APAEB promoveu alternativas sustentáveis de produção e comercialização da fibra de sisal, criando uma rede de geração de renda que se tornou exemplo de desenvolvimento regional. Essa experiência demonstra como

a escassez de recursos naturais foi convertida em oportunidade de inovação social, fortalecendo a capacidade de resistência das comunidades locais.

Do ponto de vista político-institucional, o Conselho de Desenvolvimento Sustentável do Território do Sisal (CODES Sisal) representa uma instância participativa fundamental para o planejamento regional. Segundo Cedraz (2025), a criação de colegiados territoriais na Bahia, vinculados à política estadual de descentralização, permitiu que atores locais influenciassem diretamente a formulação e implementação de políticas públicas.

No caso específico do Sisal, essa articulação fortaleceu a cidadania e ampliou o protagonismo das comunidades, que passaram a se reconhecer como parte de um projeto coletivo de desenvolvimento. Essa dimensão política da identidade territorial reforça a ideia de que o território não é apenas espaço físico, mas também um espaço socialmente construído, permeado por relações de poder, cultura e solidariedade. Nessa perspectiva, Silva (2014) destaca que as políticas públicas voltadas ao Território de Identidade do Sisal consolidaram-se como instrumentos de promoção do desenvolvimento regional, ao mesmo tempo em que revelam os desafios de articulação entre Estado e sociedade civil.

Além disso, estudos recentes apontam que o território sisaleiro tem se destacado em práticas agroecológicas e de convivência sustentável com o semiárido. De acordo com Uhde e Scortegagna (2024), iniciativas de agricultura familiar e agroecologia vêm sendo incorporadas como estratégias de diversificação produtiva, reduzindo a dependência exclusiva do sisal e ampliando a segurança alimentar das comunidades. Essas práticas revelam uma dimensão inovadora da identidade territorial, que combina tradição e modernidade na busca por alternativas de desenvolvimento sustentável.

Por fim, do ponto de vista socioeconômico, o Território Sisal enfrenta desafios relacionados à pobreza, à desigualdade e à vulnerabilidade ambiental. Contudo, a região também apresenta uma capacidade singular de organização comunitária, que se manifesta em cooperativas, associações e movimentos sociais. Essa organização fortalece a coesão social e cria condições para que o território seja reconhecido como espaço estratégico no desenvolvimento regional da Bahia, como destacam Lopes et al (2024), ao evidenciar que a agricultura familiar, articulada às políticas territoriais, desempenha papel central na dinamização econômica e na consolidação da cidadania.

#### **4.4 Série dos dez maiores repasses do PNAE no Território do Sisal (2021–2025)**

Uma vez feito este recorte espacial, se faz necessário compreender os repasses do PNAE, pois estes consistem na transferência automática de recursos financeiros do FNDE para

estados, municípios e escolas federais, destinados à aquisição de gêneros alimentícios e à execução das ações de alimentação escolar. Esses valores não dependem de convênios e são calculados com base no número de alunos matriculados na rede pública, nos 200 dias letivos previstos e nos valores per capita definidos para cada etapa e modalidade de ensino, conforme o Censo Escolar do ano anterior (BRASIL, 2020; BRASIL, 2024).

Atualmente, os valores per capita são: R\$ 1,37 para creches e educação em tempo integral, R\$ 0,72 para pré-escola, R\$ 0,36 para ensino fundamental e médio, R\$ 0,50 para Educação de Jovens e Adultos (EJA) e R\$ 0,64 para escolas indígenas e quilombolas (BRASIL, 2020). Esses critérios visam garantir equidade e transparência na distribuição dos recursos, assegurando que cada ente federado receba valores proporcionais à sua demanda estudantil e à modalidade de ensino atendida.

Neste contexto, a Tabela 1 apresenta a série histórica dos valores repassados pelo FNDE, por meio do PNAE, aos dez municípios do Território do Sisal que mais receberam recursos nos últimos cinco anos. Essa seleção permite identificar e comparar a evolução dos repasses, evidenciando tendências e variações entre os municípios com maior representatividade na região. A tabela completa, contendo a série histórica de todos os municípios do Território do Sisal, encontra-se disponível no Anexo A do presente trabalho.

**Tabela 1:** Série com os 10 Municípios que mais receberam repasses por ano

Município	2021	2022	2023	2024	2025	Média do Período
<b>Serrinha</b>	1.438.488,80	1.927.348,40	2.320.734,00	2.947.542,00	3.078.190,00	2.342.460,64
<b>Cansanção</b>	1.034.000,00	1.980.700,00	2.020.277,72	2.048.546,00	1.764.271,25	1.769.558,99
<b>Araci</b>	1.033.716,20	976.164,00	1.538.316,40	2.222.848,00	2.366.078,00	1.627.424,52
<b>Itiúba</b>	971.830,20	993.612,00	1.795.642,60	1.833.450,00	1.693.102,00	1.457.527,36
<b>Monte Santo</b>	1.043.350,00	1.151.106,00	1.377.648,00	1.809.482,00	1.831.768,00	1.442.670,80
<b>Tucano</b>	1.015.350,60	980.644,00	1.250.646,40	1.365.942,00	1.732.628,00	1.269.042,20
<b>Santaluz</b>	612.132,40	1.322.172,00	1.128.742,00	1.198.448,00	1.094.472,00	1.071.193,28
<b>Conceição Do Coité</b>	827.316,60	851.162,00	1.116.210,40	1.176.116,00	1.349.062,00	1.063.973,40
<b>Valente</b>	380.712,20	705.114,00	907.730,20	943.668,00	906.994,00	768.843,68
<b>Teofilândia</b>	490.666,00	472.794,18	654.385,00	715.480,00	733.018,00	613.268,64
<b>Média Anual</b>	884.756,30	1.136.081,66	1.411.033,27	1.626.152,20	1.654.958,33	
<b>Soma dos Repasses</b>	8.847.563,00	11.360.816,58	14.110.332,72	16.261.522,00	16.549.583,25	

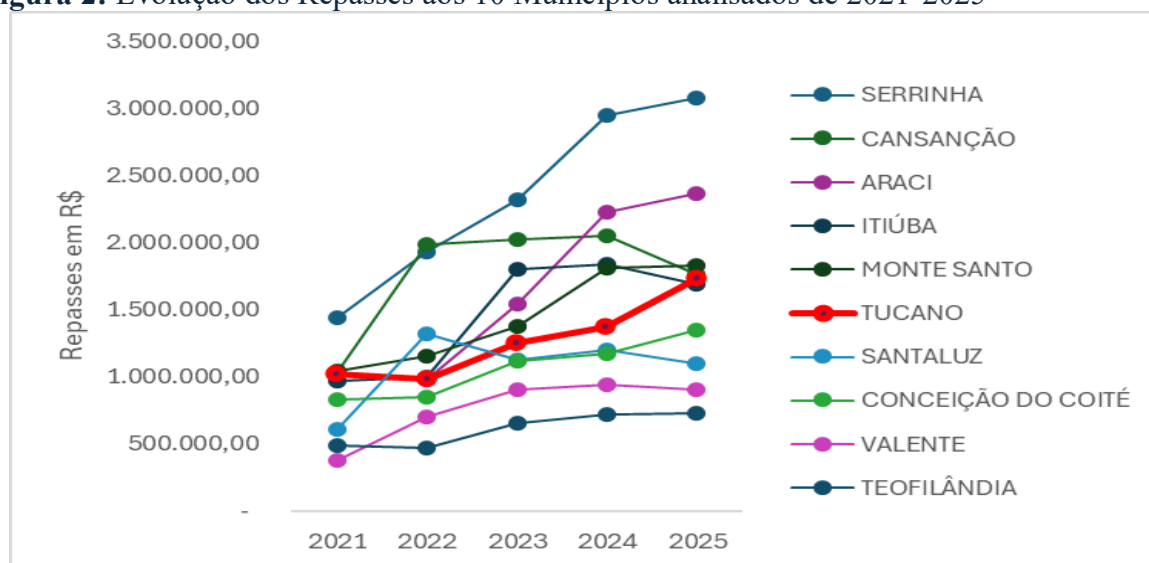
**FONTE:** Portal FNDE LIBERAÇÕES - CONSULTAS GERAIS

De acordo com a tabela 1, verifica-se que a análise da série histórica dos repasses do FNDE aos dez municípios que mais receberam repasses no Território do Sisal revela variações significativas entre os limites superiores (município que mais recebeu repasses) e inferiores (município que menos recebeu repasses) ao longo dos cinco anos. Em 2021, Serrinha recebeu

o maior valor dentre os Municípios listados (R\$ 1.438.488,80), enquanto Valente registrou o menor (R\$ 380.712,20), apresentando neste ano uma amplitude de R\$ 1.057.776,60. Nos anos seguintes, Serrinha manteve-se no limite superior, atingindo R\$ 3.078.190,00 em 2025, enquanto Teofilândia ocupou o limite inferior de 2022 a 2025, com R\$ 733.018,00 no último ano. Neste contexto, a amplitude anual cresceu de forma consistente, passando de R\$ 1,05 milhão em 2021 para R\$ 2,34 milhões em 2025, indicando maior dispersão entre os municípios.

As variações entre os repasses também se explicam pelas diferenças no número de matrículas registradas em cada município, já que o cálculo do PNAE é diretamente proporcional ao contingente estudantil informado ao Censo Escolar. Conforme dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP, 2024), Serrinha apresenta o maior volume de alunos da região, enquanto Valente e Teofilândia possuem totais significativamente menores, ao passo que Tucano se mantém em posição intermediária, o que justifica sua presença entre os maiores beneficiários. Assim, a dinâmica dos repasses acompanha a capacidade de atendimento escolar e introduz o panorama representado na Figura 2.

**Figura 2:** Evolução dos Repasses aos 10 Municípios analisados de 2021-2025



**FONTE:** Elaborado pelo Autor a partir dos dados obtidos no Portal FNDE

O panorama geral, apresentado da figura 2, o valor máximo da série, foi registrado por Serrinha em 2025, enquanto o mínimo ocorreu em Valente em 2021. Entre os destaques, a cidade de Tucano consolidou-se como um dos municípios mais expressivos, mantendo-se na faixa intermediária superior do ranking e alcançando R\$ 1.732.628,00 em 2025, o que reforça sua posição entre os cinco maiores beneficiários. Essa evolução demonstra o crescimento gradual dos repasses, o aumento da diferença entre os municípios com destaque para a concentração nos maiores valores.

Com base nos dados da tabela 1 e do gráfico da figura 2, pode-se verificar que a posição de Tucano em 2025 consolida sua relevância regional, não apenas pela evolução dos valores recebidos, mas também por sua estabilidade entre os municípios com maiores repasses. Cabe destacar, contudo, que os critérios de distribuição do FNDE no âmbito do PNAE estão vinculados principalmente ao número de alunos matriculados na rede pública e às etapas de ensino atendidas, o que explica variações entre municípios de diferentes portes. No entanto, o objetivo desta análise não é investigar a lógica da distribuição nem verificar dados do censo escolar, mas sim observar o comportamento dos repasses recebidos por Tucano ao longo da série.

Nesse sentido, nota-se que o município se manteve em posição intermediária, ora próximo da mediana, ora ligeiramente acima, consolidando-se como um caso representativo da faixa média de repasses. Esse padrão reforça a estabilidade de Tucano dentro da política de alimentação escolar, com crescimento gradual que reflete a ampliação dos recursos nacionais destinados ao programa.

#### 4.5 Repasses do PNAE e oferta agrícola de Tucano

Os repasses recebidos pelo município de Tucano do FNDE/PNAE entre 2021 e 2025 alcançaram valores expressivos, variando de pouco mais de novecentos mil reais em 2022 a mais de um milhão e setecentos mil reais em 2025, conforme demonstrado na tabela 2 a seguir. De acordo com a Lei nº 11.947 (Brasil, 2009), ao menos 30% desses recursos devem ser destinados à agricultura familiar, o que representa uma injeção mínima de R\$ 294.193,20 em 2022 e mais de meio milhão em 2025 diretamente para os agricultores locais.

**Tabela 2:** Repasses FNDE/PNAE e valores mínimos para agricultura familiar

Ano	Repasso total (R\$)	30% obrigatório (R\$)
2021	1.015.350,60	304.605,18
2022	980.644,00	294.193,20
2023	1.250.646,40	375.193,92
2024	1.365.942,00	409.782,60

**FONTE:** Organizado pelo Autor com base no Portal FNDE (2026).

A agricultura em Tucano/BA apresenta estrutura produtiva marcada pela predominância de pequenas propriedades e pelo uso intensivo de mão de obra familiar. Segundo o Censo Agropecuário de 2017, publicado em 2019 pelo IBGE (IBGE, 2019), o município possui 5.007 estabelecimentos agropecuários distribuídos em 116.660 hectares, com área média de aproximadamente 23 hectares. Esse quadro evidencia a fragmentação da produção rural e

confirma a forte presença da agricultura familiar, responsável por sustentar parcela significativa da economia local.

Nesse contexto, observa-se que os agricultores familiares desempenham papel central não apenas na dinâmica produtiva, mas também na manutenção de práticas tradicionais e na reprodução social no campo. Ao basear-se predominantemente na força de trabalho dos próprios membros da família, esse segmento garante a continuidade das atividades agrícolas, reforça vínculos comunitários e contribui para a permanência das famílias no meio rural.

Ampliando o olhar para o cenário nacional, o último Censo Agropecuário (IBGE, 2019) indica que 77% dos estabelecimentos agropecuários brasileiros são classificados como de agricultura familiar, responsáveis por empregar mais de 10 milhões de pessoas, o que corresponde a 67% da força de trabalho ocupada na agropecuária. Nesse sentido, Brandalize, Oliveira e Piacentini (2024) destacam que a agricultura familiar sustentável desempenha papel essencial no desenvolvimento rural, na segurança alimentar e na manutenção das comunidades, constituindo-se elemento estruturante da vida social e cultural no campo.

Diante desse panorama e retomando o foco específico no município, torna-se fundamental analisar de forma mais detalhada a composição produtiva local. Nesse sentido, a diversificação agrícola de Tucano, apresentada nas tabelas 3 e 4, evidencia a vocação mista do município, marcada pela produção de culturas permanentes e temporárias que sustentam sua inserção econômica regional.

**Tabela 3:** Quantidade Produzida em Toneladas

<b>Produto</b>	<b>2021</b>	<b>2022</b>	<b>2023</b>	<b>2024</b>
<b>Banana (cacho)</b>	317	333	265	276
<b>Castanha de caju</b>	259	252	222	181
<b>Feijão (em grão)</b>	140	180	209	1.240
<b>Mandioca</b>	1.515	1.546	1.442	1.240
<b>Manga</b>	220	150	150	144
<b>Maracujá</b>	130	126	133	135
<b>Melancia</b>	400	378	3.000	2.850
<b>Milho (em grão)</b>	350	11.085	12.569	48.000

FONTE: Produção Agrícola Municipal (IBGE, 2025).

Cabe destacar que, embora os repasses do FNDE/PNAE estejam disponíveis até o ano de 2025, os dados da Produção Agrícola Municipal (PAM/IBGE) utilizados nesta análise abrangem apenas o período até 2024. Isso ocorre porque, até a data de elaboração do presente trabalho, os resultados referentes a 2025 ainda não haviam sido publicados oficialmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Dessa forma, a comparação entre repasses e oferta agrícola considera os dados mais recentes disponíveis, assegurando a consistência metodológica e a confiabilidade das informações analisadas.

**Tabela 4:** Valor da Produção em mil reais

<b>Produto</b>	<b>2021</b>	<b>2022</b>	<b>2023</b>	<b>2024</b>
<b>Banana (cacho)</b>	264.000	308.000	318.000	364.000
<b>Castanha de caju</b>	1.036.000	1.028.000	666.000	453.000
<b>Feijão (em grão)</b>	583.000	589.000	629.000	3.100.000
<b>Mandioca</b>	1.515.000	1.840.000	505.000	434.000
<b>Manga</b>	220.000	150.000	300.000	334.000
<b>Maracujá</b>	390.000	431.000	160.000	178.000
<b>Melancia</b>	300.000	340.000	2.400.000	2.257.000
<b>Milho (em grão)</b>	467.000	18.401.000	15.020.000	53.904.000

**FONTE:** Produção Agrícola Municipal (Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/5457>).

Ao relacionar os valores da produção agrícola municipal com os repasses do FNDE/PNAE, observa-se que a oferta de Tucano apresenta condições favoráveis para atender ao mercado institucional da alimentação escolar. Em 2024, por exemplo, o valor mínimo obrigatório destinado à agricultura familiar foi de R\$ 409.782,60, enquanto a produção local de culturas como milho (R\$ 53,9 milhões), feijão (R\$ 3,1 milhões) e melancia (R\$ 2,2 milhões) alcançou cifras muito superiores. Contudo, não foi possível identificar dados oficiais ou registros públicos sobre as aquisições de produtos da agricultura familiar realizadas pelo município de Tucano junto ao FNDE/PNAE, devido à indisponibilidade dessas informações em portais de transparência ou documentos institucionais acessíveis.

Ainda que os dados oficiais não permitam distinguir diretamente a participação da agricultura familiar, a predominância de pequenas propriedades e o uso intensivo de mão de obra familiar, conforme demonstrado pelo Censo Agropecuário de 2017, reforçam que grande parte dessa produção se enquadra nos critérios estabelecidos pela Lei nº 11.326 (Brasil, 2006). Dessa forma, pode-se afirmar que a oferta agrícola de Tucano fornece condições para que os agricultores familiares, estimulados pelos 30% dos repasses obrigatórios do PNAE, participem efetivamente do mercado institucional da alimentação escolar, consolidando tanto sua relevância econômica quanto social.

Diante da ausência de dados específicos sobre a participação da agricultura familiar na Produção Agrícola Municipal, a análise fundamenta-se na interpretação dos repasses obrigatórios do PNAE como mecanismo de fomento. Isso porque, ao assegurar que ao menos 30% dos recursos sejam destinados a esse segmento, o programa cria uma demanda institucional estável que favorece a inserção dos agricultores familiares no mercado. Nesse sentido, Ipolito et al (2025) demonstram que o PNAE impacta positivamente a renda e a comercialização da agricultura familiar, consolidando-se como política de inclusão socioeconômica. De forma complementar, Zuin e Matarésio (2024) ressaltam que o programa fortalece vínculos comunitários e assegura a reprodução social das famílias rurais.

## 5. CONCLUSÃO

A partir das análises realizadas, verificou-se que a pesquisa alcançou seu objetivo ao examinar a distribuição dos repasses do PNAE no Território de Identidade do Sisal e sua relação com a produção agrícola do município de Tucano-BA. A utilização de dados oficiais provenientes do FNDE e da Produção Agrícola Municipal (PAM/IBGE) possibilitou estabelecer uma aproximação entre os fluxos financeiros do programa e a oferta produtiva municipal, respeitando o caráter descritivo da investigação e as limitações decorrentes da ausência de dados específicos sobre agricultura familiar.

A análise da distribuição dos repasses permitiu observar que os municípios do território apresentam diferenças consideráveis quanto aos valores recebidos entre 2021 e 2025. Serrinha destacou-se de forma recorrente como um dos municípios com maiores repasses, enquanto localidades menores receberam valores mais modestos. Nesse conjunto, Tucano posicionou-se de maneira intermediária, situando-se entre os municípios com maior volume de recursos durante o período analisado. Esses resultados fornecem um panorama da presença do PNAE no território e ajudam a compreender a heterogeneidade interna entre os municípios.

No que diz respeito à oferta agrícola de Tucano, os dados analisados indicaram que o município apresenta produção superior ao valor mínimo obrigatório destinado à agricultura familiar pelo programa, considerando os limites da base de dados utilizada. Culturas como milho, feijão, melancia e mandioca apresentaram volumes expressivos, sugerindo que, do ponto de vista quantitativo, a produção municipal tem potencial para atender à demanda institucional. Como a PAM não distingue produtores familiares e não familiares, essa relação foi examinada de forma indireta, preservando a compatibilidade entre método e dados disponíveis.

Dessa maneira, pode-se afirmar que os objetivos específicos foram atendidos ao longo do estudo. O Território do Sisal foi delimitado conforme os critérios oficiais; sua configuração territorial foi caracterizada em aspectos geográficos, sociais e produtivos; os dez municípios com maiores repasses foram identificados e comparados; e a oferta agrícola de Tucano foi analisada com base nas informações mais recentes. Esses procedimentos permitiram construir um cenário integrado que responde ao objetivo geral proposto e oferece uma visão organizada da relação entre repasses e produção agrícola.

Contudo, embora o estudo não investigue impactos diretos do PNAE nem trate da participação real dos agricultores familiares, devido à ausência de dados desagregados, ele contribui ao sistematizar informações que, em geral, aparecem separadas em bases distintas, permitindo uma visualização mais clara da dinâmica territorial do programa. Essa integração de dados pode ser útil para gestores públicos, equipes técnicas e organizações locais que atuam

na articulação entre agricultura e políticas de alimentação escolar, especialmente em territórios que dependem de mercados institucionais para fortalecer a produção local.

Assim, considerando os dados utilizados e os limites metodológicos assumidos, a pesquisa cumpre sua finalidade ao apresentar uma interpretação estruturada da distribuição dos repasses do PNAE no Território de Identidade do Sisal e da produção agrícola de Tucano-BA. O estudo também se mostra pertinente ao ampliar o conhecimento disponível sobre a relação entre políticas de compras públicas e oferta produtiva regional, oferecendo subsídios para futuras análises que possam incorporar novos dados ou aprofundar dimensões ainda não contempladas.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, G. M. M.; CARNEIRO, M. G.; DE SOUZA, C. M. V.; ALVES, J. L. O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE) E AS POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS À VALORIZAÇÃO E FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR COMO INSTRUMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. **ARACÊ**, v. 7, n. 1, p. 831–845, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.56238/arev7n1-050>.

AB'SABER, A. N. **Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BAHIA. **Decreto nº 12.354**, de 25 de agosto de 2010. Institui o Programa Territórios de Identidade e dá outras providências. Salvador, 2010.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 13214**, de 29 de dezembro de 2014. Dispõe sobre os princípios, diretrizes e objetivos da Política de Desenvolvimento Territorial do Estado da Bahia, institui o Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial - CEDETER e os Colegiados Territoriais de Desenvolvimento Sustentável - CODETERs. Salvador, 2014.

BRANDALIZE, M. S.; OLIVEIRA, I. C.; PIACENTINI, R. V. O ESTADO DA ARTE SOBRE A AGRICULTURA FAMILIAR SUSTENTÁVEL NO BRASIL: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA COM ANÁLISE DE CONTEÚDO. **Revista Direitos Sociais e Políticas Públicas (UNIFAFIBE)**, v. 12, n. 3, p. 365-398, 2024.

BRASIL. **Decreto nº 1.946**, de 28 de junho de 1996. Brasília, 1996. Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d1946.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d1946.htm). Acesso em 27 mar 2025.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 12.188**, de 11 de janeiro de 2010. Brasília, 2010a. Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER, altera a Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/112188.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112188.htm). Acesso em: em 27 mar 2025.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 11.802**, de 28 de novembro de 2023. Brasília, 2023. Disponível em: Regulamenta o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, instituído pela Lei nº 14.628, de 20 de julho de 2023. Acesso 27 mar 2025.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 7.215**, de 15 de junho de 2010. Brasília, 2010b. Regulamenta a Lei no 12.188, de 11 de janeiro de 2010, para dispor sobre o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/Decreto/D7215.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/Decreto/D7215.htm). Acesso em: em 27 mar 2025.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 11.326**, de 24 de julho de 2006. Brasília, 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm). Acesso em 27 mar 2025.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 15.223**, de 30 de setembro de 2025. Brasília, 2025. Institui o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e o Plano Safra da agricultura familiar, e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2023-2026/2025/lei/115223.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2025/lei/115223.htm). Acesso em 11 fev. 2026.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 11.947**, de 16 de junho de 2009. Brasília, 2009. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/111947.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/111947.htm). Acesso em 27 mar 2025.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 4.504**, de 30 de novembro de 1964. Brasília, 1964. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/14504.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14504.htm). Acesso em 11 fev. 2026.

CEDRAZ, A. C. C. **Tramas territoriais e tessituras multidimensionais das comunidades quilombolas do Território de Identidade do Sisal - Ba**. 2025. 308 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, Salvador (Bahia), 2025.

DELGROSSI, M. E.; VIEIRA, L. C. G.; AVILA, M. L. de; VALENCIA PERAFÁN, M.; MIRANDA FILHO, R. J. de. O impacto da assistência técnica e extensão rural para os agricultores familiares pobres: o caso do Programa Dom Hélder Câmara II. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 62, n. 2, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2022.271282pt>.

ELIAS, L. P.; BELIK, W.; CUNHA, M. P.; GUILHOTO, J. J. M. Impactos socioeconômicos do Programa Nacional de Alimentação Escolar na agricultura familiar de Santa Catarina. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 57, n. 2, p. 215–233, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2019.171266>.

FERNANDES, B. M. **Sobre a tipologia de territórios**. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Org.). *Territórios e territorialidades: teorias, processos e dinâmicas*. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 197-215.

FREITAS, A. F. de; FERREIRA, M. A. M.; FREITAS, A. F. de. A Trajetória das Organizações de Agricultores Familiares e a Implementação de Políticas Públicas: um estudo de dois casos. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 57, n. 1, p. 9–28, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1234-56781806-94790570101>.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. **LIBERAÇÕES - CONSULTAS GERAIS**. Disponível em: [https://www.fnnde.gov.br/pls/simad/internet\\_fnnde.liberacoes\\_01\\_pc](https://www.fnnde.gov.br/pls/simad/internet_fnnde.liberacoes_01_pc). Acesso em 08 dez. 2025.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2019.

GOMES, M. C.; LAZARETTI, L. R.; ASSIS, T.; BECKER, K. L.; BENDER FILHO, R. Impacto do programa nacional de alimentação escolar na renda dos agricultores familiares beneficiários do programa bolsa família. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 63, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2025.286558>.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo agropecuário 2017: Resultados definitivos**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em:

<<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuário/series-temporais>>. Acesso em: 06 fev. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Mapa de Biomas do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2004. Disponível em: [https://geofp.ibge.gov.br/informacoes\\_ambientais/estudos\\_ambientais/biomas/mapas/biomas\\_5000mil.pdf](https://geofp.ibge.gov.br/informacoes_ambientais/estudos_ambientais/biomas/mapas/biomas_5000mil.pdf). Acesso em: 1 fev. 2026.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Censo Escolar da Educação Básica 2023: Resumo Técnico**. Brasília: INEP, 2024. Disponível em: [https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas\\_e\\_indicadores/resumo\\_tecnico\\_censo\\_escolar\\_2023.pdf](https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_escolar_2023.pdf). Acesso em: 13 fev. 2026.

IPOSITO, A. L. M.; COSTA, E. M.; GUIMARÃES, D. B.; IRFFI, G. D.; KHAN, A. S. Análise dos impactos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) sobre a Agricultura Familiar no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 63, p. e289972, 2025.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos da metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2020.

LANDAU, E. C.; CRUZ, R. K.; HIRSCH, A.; PIMENTA, F. M.; GUIMARAES, D. P. **Variação geográfica do tamanho dos módulos fiscais no Brasil**. Sete Lagoas: Embrapa Milho e Sorgo, 2012.

LIMA, D. R. S.; DIOGO, S. S.; PEIXINHO, A. M. L.; CABRINI, D. Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE): marcos históricos, políticos e institucionais que influenciaram a política nos seus quase 70 anos de existência. **The Journal of the Food and Culture of the Americas**, v. 4, n. 1, p. 20–44, 2023.

LOPES, M. R. C. A.; PEREIRA, G. P.; FEIDEN, A. A AGRICULTURA FAMILIAR DO TERRITÓRIO DO SISAL NO ESTADO DA BAHIA: UM RETRATO A PARTIR DO CENSO AGROPECUÁRIO 2017. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 55, n. 3, p. 116–135, 2024. DOI: 10.61673/ren.2024.1541.

MACHADO, B. DE S.; NEVES, M. DE C. R.; BRAGA, M. J.; COSTA, D. R. DE M. Access and impact of Pronaf in Brazil: evidence on typologies and regional concentration. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 62, n. 3, p. e273994, 2024.

MILAGRES, C. S. F.; PIZZIO, A.; SOUSA, D. N. de; RODRIGUES, W.; CANÇADO, A. C. A PNATER como mecanismo de justiça social para a agricultura familiar. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v. 35, n. 3, p. 453-470, 2018.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL. **Mapa do Território do Sisal (BA)**. Brasília: MDA, 2010. Disponível em: <https://www.embrapa.br/agencia-de-informacao-tecnologica/territorios/territorio-sisal/caracteristicas-do-territorio/localizacao>. Acesso em: 12 fev. 2026.

NERO, D. DA S. M.; GARCIA, R. P. M.; ALMASSY JUNIOR, A. A. O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) a partir da sua gestão de descentralização. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 31, n. 118, p. e0233056, jan. 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/pfb3x4Dy3kCzLYHHFYCCB9d/>. Acesso em 28 mar 2025.

NÓBREGA, R. A. da; MORAIS NETO, J. M. de; BARBOSA, M. P.; LIMA, J. P.; OLIVEIRA, L. D. de. Classificação da cobertura vegetal da Caatinga através do processamento digital de imagens de satélite. **Caderno de Geografia**, v. 33, n. 74, p. 1064-1085, 2023. DOI: <https://doi.org/10.5752/P.2318-2962.2023v33n74p1064>

NUNES, E. M.; MORAIS, A. C. de. O Programa Nacional de Alimentação Escolar e a construção de mercados na agricultura familiar de territórios da cidadania Alto Oeste Potiguar. **Planejamento e Políticas Públicas (PPP)**, n. 67, jul./set. 2023, n. 67, p. 101–132. Disponível em: <https://doi.org/10.38116/ppp67art4>.

NUNES, E. M.; MORAIS, A. C. de; AQUINO, J. R. de; GURGEL, I. A. O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) como mecanismo de política de inclusão na agricultura familiar do Nordeste do Brasil. **Revista Grifos**, v. 27, n. 45, p. 114, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.22295/grifos.v27i45.4454>.

OLIVEIRA, A. L. A.; OLIVEIRA, L. P. A. Agricultura familiar, desenvolvimento rural e as políticas públicas de preservação da natureza: reflexões sobre o Código Florestal Brasileiro (Lei 12.651/2012). **Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento**, v. 12, n. 2, p. 25-42, 2018. Disponível em: <https://www.periodicos.ufpa.br/index.php/agriculturafamiliar/article/download/5529/5553>. Acesso 28 mar 2025.

OLIVEIRA, I. F.; DIAS, A. B. Territórios de identidade: principais dilemas do processo de gestão – o caso do Território do Sisal. **Desenvolvimento Regional em Debate**, v. 5, n. 2, p. 127-147, 2015. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/5708/570861403012.pdf>. Acesso em 02 fev. 2026.

PASCHOAL, Adilson Dias. **Agricultura familiar. IV: Parte 4: Módulo fiscal e a importância da agricultura familiar**. Piracicaba: ESALQ/USP, 2024. Acesso em: 28 mar 2025.

PAULA, S. R.; SAMBUICHI, R. H. R.; SILVA, S. P.; ALVES, F.; VALADARES, A. A. **A Inserção da agricultura familiar no Programa Nacional de Alimentação Escolar: impactos na renda e na atividade produtiva**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2023. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/12092>. Acesso em 28 mar 2025.

PEREIRA, M. R. P.; SODRÉ, M. L. S. Políticas públicas e participação social: o cenário do PNAE–Bahia. **Anais do II Seminário Nacional de Sociologia da UFS**, São Cristóvão, 2018. Disponível em: <https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/13017/2/PoliticPublicasPNAEBahia.pdf>. Acesso em: 28 mar 2025.

PICOLOTTO, E. L. Os atores da construção da categoria agricultura familiar no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 52, n. suppl 1, p. 63–84, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-20032014000600004>.

SAMBUICHI, R. H. R.; ALMEIDA, A. F. C. S. DE; PERIN, G.; SPÍNOLA, P. A. C.; PELLA, A. F. C. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): instrumento de dinamismo econômico, combate à pobreza e promoção da Segurança Alimentar e Nutricional em tempos de Covid-19. In: SAMBUICHI, R. H. R.; SILVA, S. P. (Orgs.). **Vinte anos de compras da agricultura familiar: um marco para as políticas públicas de desenvolvimento rural e segurança alimentar e nutricional no Brasil**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2023. p. 211–233. DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/978-65-5635-060-8/capitulo8>.

SANTOS, F. N.; COELHO, P. A. A.; LIMA, R. P. DESAFIOS ENFRENTADOS PELA AGRICULTURA FAMILIAR. **Ciências Agrárias**, Volume 27 - Edição 128/NOV 2023. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5281/ZENODO.10109932>.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2006.

SCHABARUM, J. C.; HESPANHOL, A. N.; ZONIN, W. J.; PLEIN, C. PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR: DESENVOLVIMENTO RURAL, TERRITÓRIOS, MERCADOS E AGRICULTURA FAMILIAR. **Revista econômica do Nordeste**, v. 56, n. 1, p. 102–120, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.61673/ren.2025.1589>.

SILVA, L. E. C.; SANTOS, A.R. O Estado e o território de identidade do sisal na Bahia (BA): Conflitos da política territorial. **Revista Política e Planejamento Regional**, v. 6, n. 1, p. 80-103, 2019. Disponível em: <http://www.revistappr.com.br/artigos/publicados/O-Estado-e-o-Territorio-de-Identidade-do-Sisal-na-Bahia-Conflitos-da-politica-territorial--.pdf>. Acesso em 02 fev. 2026.

SILVA, M. A. O. da. **Território de identidade do Sisal: políticas públicas e desenvolvimento regional na Bahia**. 2014. 256 f. Tese (Doutorado em Memória: Linguagem e Sociedade) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2014. Disponível em: <http://200.128.81.65:8080/handle/tede/1602>. Acesso em: 2 fev. 2026.

SILVA, S. P.; SAMBUICHI, R. H. R.; ALVES, F.; CIRÍACO, J. S. Agricultura familiar e alimentação escolar: contribuições para a segurança alimentar e nutricional no Brasil. **Boletim Mercado de Trabalho**, n. 76, p. 211–223, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.38116/bmt76/af2>.

UHDE, L. T.; SCORTEGAGNA, P. E. Agrobiodiversidade na caatinga, mudanças climáticas e possibilidades de convivência das populações em um ambiente com clima semiárido, Bahia – Nordeste, Brasil. **Cadernos de Agroecologia**, v. 19, n. 1, Anais do XII Congresso Brasileiro de Agroecologia, Rio de Janeiro, 2024. Disponível em: <https://cadernos.aba-agroecologia.org.br/cadernos/article/view/7760>. Acesso em: 2 fev. 2026.

VITORINO-SANTOS, D. F.; SILVA, D. W.; LUSTOSA, D. C.; ALVES, H. S.; VIEIRA, T. A. POLÍTICAS PÚBLICAS E ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL: A RELAÇÃO ENTRE O PNAE E AGRICULTURA FAMILIAR A PARTIR DE UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA. **Revista Políticas Públicas & Cidades**, v. 13, n. 2, p. e1118, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.23900/2359-1552v13n2-188-2024>.

ZUIN, A. L. A.; MATARÉSIO, L. Z. Agricultura familiar, movimentos das mulheres agricultoras e direito ao alimento: construindo uma ecologia dos direitos humanos. **Revista Direito e Práxis**, v. 15, n. 04, p. e86277, 2024.

## ANEXO A

Tabela 5: Valores recebidos do PNAE por Município do Território do Sisal 2021-2025

ANO	MUNICÍPIO	VALOR RECEBIDO
2021	ARACI	1.033.716,20
2022	ARACI	976.164,00
2023	ARACI	1.538.316,40
2024	ARACI	2.222.848,00
2025	ARACI	2.366.078,00
2021	BARROCAS	365.744,00
2022	BARROCAS	323.316,00
2023	BARROCAS	384.092,60
2024	BARROCAS	767.246,00
2025	BARROCAS	562.552,00
2021	BIRITINGA	392.194,00
2022	BIRITINGA	353.223,09
2023	BIRITINGA	684.234,40
2024	BIRITINGA	713.228,00
2025	BIRITINGA	600.040,00
2021	CANDEAL	109.552,00
2022	CANDEAL	119.252,00
2023	CANDEAL	139.674,60
2024	CANDEAL	177.302,00
2025	CANDEAL	193.134,00
2021	CANSANÇÃO	1.034.000,00
2022	CANSANÇÃO	1.980.700,00
2023	CANSANÇÃO	2.020.277,72
2024	CANSANÇÃO	2.048.546,00
2025	CANSANÇÃO	1.764.271,25
2021	CONCEIÇÃO DO COITÉ	827.316,60
2022	CONCEIÇÃO DO COITÉ	851.162,00
2023	CONCEIÇÃO DO COITÉ	1.116.210,40
2024	CONCEIÇÃO DO COITÉ	1.176.116,00
2025	CONCEIÇÃO DO COITÉ	1.349.062,00
2021	ICHU	124.720,20
2022	ICHU	135.348,00
2023	ICHU	201.880,60
2024	ICHU	270.776,00
2025	ICHU	269.106,00
2021	ITIÚBA	971.830,20
2022	ITIÚBA	993.612,00
2023	ITIÚBA	1.795.642,60
2024	ITIÚBA	1.833.450,00
2025	ITIÚBA	1.693.102,00
2021	LAMARÃO	172.398,60
2022	LAMARÃO	158.350,00
2023	LAMARÃO	212.047,00
2024	LAMARÃO	211.884,00
2025	LAMARÃO	212.432,00
2021	MONTE SANTO	1.043.350,00
2022	MONTE SANTO	1.151.106,00
2023	MONTE SANTO	1.377.648,00
2024	MONTE SANTO	1.809.482,00

2025	MONTE SANTO	1.831.768,00
2021	NORDESTINA	268.243,80
2022	NORDESTINA	353.307,12
2023	NORDESTINA	365.884,60
2024	NORDESTINA	533.670,00
2025	NORDESTINA	542.900,00
2021	QUEIMADAS	435.186,40
2022	QUEIMADAS	403.460,00
2023	QUEIMADAS	656.212,40
2024	QUEIMADAS	766.778,00
2025	QUEIMADAS	768.470,00
2021	QUIJINGUE	506.542,08
2022	QUIJINGUE	503.748,00
2023	QUIJINGUE	567.538,50
2024	QUIJINGUE	767.972,00
2025	QUIJINGUE	567.538,50
2021	RETIROLÂNDIA	171.571,20
2022	RETIROLÂNDIA	230.284,00
2023	RETIROLÂNDIA	299.963,60
2024	RETIROLÂNDIA	358.664,00
2025	RETIROLÂNDIA	332.154,00
2021	SANTALUZ	612.132,40
2022	SANTALUZ	1.322.172,00
2023	SANTALUZ	1.128.742,00
2024	SANTALUZ	1.198.448,00
2025	SANTALUZ	1.094.472,00
2021	SÃO DOMINGOS	129.188,40
2022	SÃO DOMINGOS	129.404,00
2023	SÃO DOMINGOS	259.270,00
2024	SÃO DOMINGOS	260.480,00
2025	SÃO DOMINGOS	242.236,00
2021	SERRINHA	1.438.488,80
2022	SERRINHA	1.927.348,40
2023	SERRINHA	2.320.734,00
2024	SERRINHA	2.947.542,00
2025	SERRINHA	3.078.190,00
2021	TEOFILÂNDIA	490.666,00
2022	TEOFILÂNDIA	472.794,18
2023	TEOFILÂNDIA	654.385,00
2024	TEOFILÂNDIA	715.480,00
2025	TEOFILÂNDIA	733.018,00
2021	TUCANO	1.015.350,60
2022	TUCANO	980.644,00
2023	TUCANO	1.250.646,40
2024	TUCANO	1.365.942,00
2025	TUCANO	1.732.628,00
2021	VALENTE	380.712,20
2022	VALENTE	705.114,00
2023	VALENTE	907.730,20
2024	VALENTE	943.668,00
2025	VALENTE	906.994,00